

PROVA ESCRITA PRELIMINAR OBJETIVA

CADERNO II

Número de Questões: 45 (quarenta e cinco)

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Em se tratando de controle jurisdicional, é correto afirmar que o ato administrativo:

- A) pode ser anulado pela Administração Pública por razões de legitimidade ou legalidade, gerando o ato anulatório efeitos ex tunc.
- B) pode ser revogado por razões de ilegalidade e conveniência, somente pelo Poder Judiciário, gerando efeitos ex tunc.
- C) não pode ser anulado por razões de conveniência e oportunidade, seja pela administração pública ou pelo Poder Judiciário.
- D) pode ser invalidado pelo Poder Judiciário em decorrência de ilegalidade, mediante anulação, gerando efeitos ex tunc.

02. Para que alguém obtenha indenização do Estado por danos que lhe tenham sido causados por atos comissivos de seus agentes, é necessário provar, além do dano, o nexo de causalidade entre o dano e a atuação:

- A) dolosa ou culposa do agente
- B) dolosa do agente
- C) do agente
- D) ilegal do agente.

03. A caducidade da declaração expropriatória, conforme se trate de manifestação de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social, respectivamente, ocorre ao fim de:

- A) um e quatro anos, contados da data de expedição do respectivo decreto, podendo o mesmo bem ser objeto de nova declaração após decorridos cinco anos.
- B) quatro e um ano, contados da data da publicação do respectivo decreto.
- C) três e dois anos, contados da data de expedição do respectivo decreto, só podendo o mesmo bem ser objeto de nova declaração quando decorridos dois anos.
- D) cinco e dois anos, contados da data da expedição do respectivo decreto, só podendo o mesmo bem ser objeto de nova declaração quando decorrido um ano.

04. Os entes administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas, denominam-se:

- A) empresas públicas, não detentoras de privilégios fiscais.
- B) autarquias, detentoras de privilégios de imunidade a impostos e impenhorabilidade dos seus bens.
- C) fundações instituídas e mantidas pelo poder público, com competência para exploração de atividade econômica.
- D) sociedades de economia mista, não detentoras do privilégio de acumulação de cargos e empregos.

05. São hipóteses de desapropriação por interesse social, dentre outras:

- A) a segurança nacional; a salubridade pública; a assistência pública.
- B) a segurança pública; o aproveitamento de bem improdutivo; as obras de higiene e decoração, casas de saúde e exploração de serviços públicos.
- C) o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola, a construção de casas populares e a proteção do solo.
- D) a preservação e manutenção do patrimônio histórico, a proteção dos mananciais de água e a segurança nacional.

06. Quanto à utilização dos bens de uso especial é correto afirmar:

- A) são bens de uso especial aqueles onde estão instalados repartições públicas, aqueles utilizados através de permissão de uso e os cedidos através de direito real de uso.
- B) são os bens onde estão instaladas as repartições públicas e, como regra, o uso que as pessoas podem fazer deles ó que corres-ponda às condições de prestação do serviço ali sediado.
- C) são os utilizados por força de enfiteuse ou aforamento.
- D) é de livre utilização por todos.

07. Os concessionários de serviço público, na forma da Lei N.º 8.987/95, estão sujeitos, dentre outros, aos seguintes encargos:

- A) prestação de serviço adequado, permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso as obras e equipamentos, liberdade de política tarifária e constituição de servidões.
- B) prestação de contas da gestão do serviço ao poder concedente e ao usuário, promover as desapropriações e servidões autoriza-das, prestação de serviço adequado, captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários.
- C) prestação de serviço adequado, atualização das contas da gestão, estabelecer regulamentos próprios.
- D) liberdade de política tarifária, promoção das desapropriações necessárias, prestação de serviço adequado.

08. A extinção dos atos administrativos é determinada por diversas causas, dentre as quais a revogação, da qual é correto afirmar:

- A) o sujeito ativo da revogação é uma autoridade no exercício da função administrativa, seu motivo é a inconveniência ou a inoportunidade de manutenção da situação precedente e o seu objeto um ato válido.
- B) o sujeito ativo é o Poder Judiciário, o objeto é um ato válido e o efeito é ex nunc.
- C) o motivo é a inconveniência e a inoportunidade, seu efeito não ofende os atos passados e o seu objeto é uma relação jurídica ou um ato inválidos.
- D) o objeto é um ato inválido, o sujeito é a autoridade administrativa no exercício da função administrativa, o fundamento é a competência discricionária e o motivo a inconveniência e a inoportunidade.

09. Quanto ao Poder de Polícia Administrativa, pode-se afirmar, corretamente:

- A) pode ser imposto coercitivamente pela Administração Pública e abrange genericamente as atividades, propriedades e os monopólios fiscais.
- B) caracteriza-se, normalmente, pela imposição de abstenções aos particulares.
- C) manifesta-se somente através de atos normativos gerais.
- D) objetiva impedir ou paralisar atividades anti-sociais e responsabilizar os violadores da ordem jurídica.

DIREITO CIVIL

10. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) José tem dezesseis anos de idade e seus pais pretendem emancipá-lo por escritura pública. Consoante as normas do Código Civil Brasileiro em vigor, é absolutamente viável a pretensão.
- B) Os maiores de dezesseis anos e os pródigos são pessoas relativamente incapazes e necessitam de representantes legais para a prática de certos atos jurídicos.
- C) Contraíndo matrimônio civil aos dezessete e vinte anos, respectivamente, Maria e José adquirem a maioridade civil.
- D) Formalizado o contrato de constituição da sociedade limitada é possível afirmar que a pessoa jurídica de direito privado já ad-quiriu a personalidade.

11. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) A Praça Clóvis Beviláqua e a rua Major Facundo são bens de uso comum do povo, enquanto o imóvel onde funciona o Hos-pital Geral de Fortaleza é um bem dominical ou dominial.
- B) São bens imóveis por acessão intelectual as máquinas que compõem uma indústria;
- C) Os bens públicos são prescritíveis, penhoráveis e sujeitos à alienação, eis que pertencem ao Poder Público;
- D) A instituição do bem de família deverá constar de escritura pública ou particular, devidamente inscrita no registro de imóveis.

12. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) A pessoa física ou natural, ao contrário da pessoa jurídica, não poderá ter domicílio plural;
- B) A mulher casada sempre terá por domicílio o do marido, os presos são domiciliados onde cumprem a sentença e os militares em serviço ativo no lugar onde servem;
- C) As fundações não poderão ser instituídas por escritura ou testamento particular;
- D) A dissolução da pessoa jurídica somente poderá ocorrer mediante consenso dos seus componentes ou por determinação legal.

13. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) Um terremoto, um homicídio, o casamento e a aquisição de um bem imóvel são atos jurídicos.
- B) O conjunto de faculdades e direitos, em estado de potencialidade e reunidos numa pessoa, consiste na capacidade de direito.
- C) João é menor de dezessete anos, Maria é casada civilmente com Manoel e Antônio é pródigo. Todas estas pessoas, segundo o Código Civil Brasileiro em vigor, são consideradas relativamente incapazes.
- D) São elementos essenciais à validade dos atos jurídicos agente capaz, forma prescrita e não defesa em lei, objeto lícito e número determinado de partes.

14. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) O ato jurídico praticado por João, interditado por absoluta incapacidade, sem qualquer intervenção do representante legal, é passivo de anulação posterior.
- B) O erro, o dolo, a coação e a simulação são elementos acidentais dos atos jurídicos.
- C) É exemplo de condição a venda à vista de um bem imóvel situado na Avenida Beira Mar, com a condição de que o contrato adote a forma de escritura pública para posterior registro.

D) Não corre a prescrição contra os menores de dezesseis anos, entre ascendentes e descendentes durante o pátrio poder e contra os ausentes do território nacional a serviço da União, Estados e Municípios.

15. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) Antônio e Ana, esta relativamente incapaz, não podem contrair matrimônio civil porque os pais de Ana negam o consentimento sem motivo justo.
- B) Na inexistência de pacto antenupcial estipulando o regime de bens do casamento, prevalece o regime da lei, ou seja, a comunhão universal de bens.
- C) No regime de separação total de bens, o marido pode, sem consentimento da mulher, alienar, hipotecar ou gravar de ônus real os bens imóveis do casal.
- D) O casamento do bigamo é nulo de pleno direito, enquanto o casamento do coacto é passivo de anulação.

16. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) Durante o casamento o pátrio poder é exercido pelo marido com a colaboração da mulher, competindo ao cônjuge sobrevivente o exercício exclusivo.
- B) A e B, casados há três anos e ambos com trinta e cinco anos, consoante o Código Civil Brasileiro em vigor, poderão adotar uma criança mediante escritura pública.
- C) O tutor, antes de assumir a tutela, é obrigado a especializar, em hipoteca legal, que será inscrita no registro público, bens móveis e imóveis necessários para acautelar os bens do menor.
- D) O prodígio, ainda que solteiro e sem ascendentes ou descendentes legítimos, está sujeito à interdição e curatela.

17. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) O casamento nupcial somente é possível quando ocorrer motivo urgente que justifique sua imediata celebração.
- B) Serão obrigatoriamente registrados no Registro Civil das Pessoas Naturais, dentre outros, os nascimentos, os casamentos, as emancipações e as interdições, enquanto o registro do óbito é facultativo.
- C) A mulher, ainda que vencida na ação de separação judicial, não perderá o sobrenome do marido, enquanto no divórcio a mulher conservará o nome do marido somente em alguns hipóteses legalmente previstas.
- D) A anulação do casamento não obsta a legitimidade dos filhos concebidos ou havidos enquanto não ocorreu a dissolução do vínculo matrimonial.

18. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) A posse é justa quando não se apresenta de forma violenta, clandestina ou precária, enquanto na posse de boa-fé o possuidor ignora o vício ou obstáculo que lhe impede a aquisição da coisa.
- B) São efeitos da posse o desforço imediato, a proteção judicial e o direito à indenização pelas benfeitoras úteis, ainda que a posse seja de má-fé.
- C) Adquire-se a propriedade de um bem imóvel pela tradição, por acessão, por usucapião e por direito hereditário.
- D) Na desapropriação ocorre a alienação compulsória de um bem imóvel, independentemente de pagamento, desde que haja utilidade ou necessidade pública.

DIREITO PENAL

19. Em relação ao delito de extorsão, pode-se afirmar corretamente:
- A) quanto a sua consumação, segundo já sumulado pelo STJ, verifica-se independentemente de obtenção da vantagem indevida;
 - B) como no roubo, a lei prevê, para sua prática, outros meios além da violência e da grave ameaça;
 - C) a exemplo do roubo e do furto pode-se verificar pela conduta de subtrair;
 - D) por ser formal, não admite a co-autoria.
20. O delito de descaminho consiste em:
- A) importar ou exportar mercadoria proibida;
 - B) iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria;
 - C) suprimir ou reduzir contribuição social ou previdenciária e qualquer acessório, nas modalidades deduzidas em lei;
 - D) praticar navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei.
21. O delito de denúncia caluniosa:
- A) consiste em dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente;
 - B) consiste em provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado;
 - C) tem a pena aumentada da metade, se o agente se serve do anonimato ou de nome suposto;
 - D) tem sua pena diminuída de um sexto, se a imputação é de prática de contravenção.
22. Quem, na qualidade de funcionário público, exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, pratica:
- A) concussão;
 - B) prevaricação;
 - C) excesso de exação;
 - D) corrupção ativa.
23. Nos crimes cometidos:
- A) com violência ou grave ameaça contra a pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o oferecimento da denúncia ou queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços;
 - B) sem violência ou grave ameaça contra a pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o oferecimento da denúncia ou queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços;
 - C) com violência ou grave ameaça contra a pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um sexto;
 - D) sem violência ou grave ameaça contra a pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
24. Os prazos prescricionais:
- A) sofrem redução à metade se o criminoso era ao tempo do crime menor de vinte e um anos, ou na data do recebimento da denúncia maior de setenta anos e são aumentados

do dobro se o acusado é reincidente;

B) são reduzidos de um terço se o criminoso era ao tempo do crime menor de vinte e um anos ou na data da sentença maior de setenta anos e são aumentados de um terço se o réu é reincidente;

C) são reduzidos da metade se o criminoso era ao tempo do crime menor de vinte e um anos ou na data da sentença maior de setenta anos e aumentados da metade se o réu é reincidente;

D) são reduzidos da metade se o criminoso era ao tempo do crime menor de vinte e um anos, ou na data da sentença maior de setenta anos e aumentados de um terço se o réu é reincidente.

25. Nos delitos contra a liberdade sexual, são causas de presunção de violência:

A) menoridade de quatorze anos; alienação ou debilidade mental da vítima conhecida pelo agente; condição de ascendente, descendente ou padrasto do agente em relação à vítima;

B) menoridade de quatorze anos; alienação ou debilidade mental da vítima conhecida pelo agente; condição de ascendente, descendente ou pai adotivo do agente em relação à vítima;

C) menoridade de quatorze anos; alienação ou debilidade mental da vítima conhecida pelo agente; impossibilidade de a vítima por qualquer outra causa oferecer resistência;

D) menoridade de quatorze anos; debilidade mental da vítima conhecida pelo agente; impossibilidade de a vítima por qualquer outra causa oferecer resistência; condição padrasto ou detenção de qualquer outro título em relação à vítima.

26. Por ocasião do cálculo da pena, após ter fixado a pena-base, o juiz deve considerar, obrigatoriamente, pela ordem:

A) as circunstâncias agravantes e as atenuantes e, por último, as causas de aumento e de diminuição;

B) as circunstâncias atenuantes e as agravantes e, por último, as causas de aumento e de diminuição;

C) as causas de diminuição e de aumento e, por último, as circunstâncias atenuantes e as agravantes;

D) as circunstâncias atenuantes e as agravantes e, por último, as causas de diminuição e de aumento.

27. O delito de seqüestro e cárcere privado contemplado no art. 148, do Código Penal:

A) é crime material e, como tal, admite a tentativa;

B) é crime instantâneo, de efeito permanente;

C) deve conter o seu elemento volitivo composto pelo injusto do subjetivo;

D) contempla o caso de agravamento da pena se a privação da liberdade da vítima se estender por período superior a dez dias.

DIREITO DO CONSUMIDOR

28. Nos acidentes de consumo, o comerciante será responsabilizado pelos danos causados aos consumidores por:

A) defeitos decorrentes de manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos;

- B) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço;
- C) não conservar adequadamente os produtos perecíveis;
- D) exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.

29. O fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores, por de-feitos na prestação de serviços, exceto se provar a ocorrência de:

- A) caso fortuito;
- B) culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro;
- C) força maior;
- D) vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.

30. Na desconsideração da personalidade jurídica da sociedade que, em detrimento do consumidor, houver praticado ato ilícito, a responsabilidade da sociedade consorciada é:

- A) solidária;
- B) principal;
- C) subsidiária;
- D) divisível.

31. Salvo estipulação em contrário, o prazo de validade do orçamento prévio apresentado pelo fornecedor de serviços caduca em quantos dias, a contar de seu recebimento pelo consumidor?

- A) 10 dias;
- B) 15 dias;
- C) 30 dias;
- D) 45 dias.

32. Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a:

- A) dois anos;
- B) cinco anos;
- C) um ano;
- D) sete anos.

33. Constitui-se circunstância agravante dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor:

- A) dissimular-se a natureza ilícita do procedimento;
- B) prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social;
- C) cometimento mediante grave ameaça à vítima;
- D) cometimento para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem em outro crime.

34. A sentença, nas ações coletivas que versem sobre direitos difusos, fará coisa julgada:

- A) ultra partes, salvo improcedência por insuficiência de provas;
- B) inter partes, no caso de procedência;

- C) erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas;
- D) ultra partes.

35. Na propositura de ação coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, a legitimidade para agir é:

- A) ordinária;
- B) substituição processual;
- C) representação;
- D) assistência litisconsorcial.

36. A legitimação das associações legalmente constituídas e demais legitimados concorrentemente para liquidação e execução da sentença, na ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos é:

- A) ordinária;
- B) extraordinária;
- C) representação;
- D) assistencial.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

37. Princípio constitucional da seguridade social que tem como pressuposto a concessão de prestações a quem delas efetivamente necessite, motivo pelo qual o ordenamento jurídico deve prescrever quais os requisitos para o deferimento dos benefícios e serviços:

- A) universalidade da cobertura e do atendimento;
- B) diversidade da base de financiamento;
- C) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- D) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.

38. Assinale a alternativa verdadeira.:

- A) a instituição, a majoração ou a extensão de benefício ou serviço da seguridade social independe da correspondente fonte de custeio total;
- B) os últimos trinta e seis salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei;
- C) é admitida a filiação ao regime geral da previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência;
- D) nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

39. A Súmula N.º 149, do Superior Tribunal de Justiça, reporta-se à prova de atividade rural para a concessão de benefício previdenciário, regulado pelo Regime Geral de Previdência Social. Tal súmula enuncia que:

- A) "A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rural, para efeito da obtenção de benefício previdenciário."
- B) "A declaração expedida por sindicato de trabalhadores rurais basta à comprovação da atividade rural, para efeito de obtenção de benefício previdenciário."
- C) "A declaração de autoridade policial em cuja circunscrição esteja domiciliado o segurado basta à comprovação da atividade rural, para efeito de obtenção do

benefício previdenciário."

D) "O documento de propriedade rural basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção do benefício previden-ciário."

40. Vinculam-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social:

A) os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

B) os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos nas autarquias e fundações públicas;

C) os militares;

D) os servidores públicos ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.

41. Vínculo jurídico que se estabelece entre a Previdência Social e pessoas que para ela contribuem, daí gerando direitos e obrigações:

A) inscrição;

B) dependência;

C) amparo social;

D) filiação.

42. Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural definido no Regulamento, sem vínculo empregatício, a diversas empresas, é segurado obrigatório da Previdência Social na categoria de:

A) trabalhador avulso;

B) contribuinte individual;

C) trabalhador temporário;

D) segurado especial.

43. O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculados a regime próprio de previdência social, se enquadra como segurado:

A) contribuinte individual;

B) trabalhador avulso;

C) especial;

D) empregado.

44. A Emenda Constitucional Estadual N.º 39, de 05 de maio de 1999, promoveu alterações no art. 330, da Constituição do Estado do Ceará, estabelecendo que a previdência social dos servidores públicos estaduais será mantida através de Sistema Único, adminis-trado pelo Poder Executivo, através da Secretaria da Fazenda, nos termos da lei. Em face do que dispõe o § 2.º do citado dispositi-vo constitucional, a categoria que não será contribuinte obrigatória do Sistema Único de previdência é a de:

A) Deputados Estaduais;

B) membros do Ministério Público;

C) membros da Magistratura;

D) militares.

45. Tendo em vista as disposições da Emenda Constitucional Estadual N.º 39, de 05 de maio de 1999, assinale a alternativa verdadei-ra.:

A) Nenhuma aposentadoria ou pensão terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

B) A pensão por morte será devida a partir do óbito, quando requerida até trinta dias

depois deste.

C) Os beneficiários da pensão por morte serão o cônjuge supérstite, a companheira ou o companheiro e os filhos menores do se-gurado, sendo admitida a designação legal ou a indicação de quaisquer outros beneficiários.

D) Cessa o pagamento da pensão em relação ao cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, na data em que contrair núpci-as, constituir união estável ou falecer.
